



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**252<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO  
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Ata da ordem do dia 08 e 09 de março de 2017**

**Brasília – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata da 252ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social**

**Local:** Brasília/DF

**Data:** 08 e 09/03/2017

1 Aos oito e nove dias do mês de março de dois mil e dezessete teve início a 252ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Sr. Fábio  
3 Moassab Bruni, Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social. Estiveram presentes os  
4 seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheira Solange Teixeira, Representante do  
5 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça,  
6 Representante Titular da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos; Conselheiro  
7 Titular Alberto Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e  
8 Agrário - MDSA; Conselheira Suplente Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do  
9 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheiro Titular Luís Otávio Pires de  
10 Farias, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Conselheira  
11 Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de  
12 Estado da Assistência Social - FONSEAS; Conselheiro Suplente Sávio Angelin Pereira,  
13 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS; Conselheiro Titular  
14 Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco; Conselheira Titular Norma Suely de  
15 Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social; Conselheira Suplente Edna  
16 Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi -  
17 FENAPESTALOZZI; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante  
18 do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE; Conselheira Titular  
19 Rosângela Maria Soares dos Santos, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e  
20 Representante do Fórum Nacional dos Usuário de Assistência Social – FNUSUAS/PA; Conselheira  
21 Titular Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão, Representante do Conselho Federal de  
22 Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO; Conselheiro Suplente Samuel Rodrigues,  
23 Representante do Fórum Nacional da População de Rua; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira,

24 Representante da Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e  
25 Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro Suplente Leovane Gregório, Representante do  
26 Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro Titular Benedito Augusto de Oliveira,  
27 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS;  
28 Conselheiro Suplente Josenir Teixeira, Representante do Conselho Federal da Ordem dos  
29 Advogados do Brasil/DF; Conselheira Titular Márcia Cristina Leal Góes, Representante do  
30 Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS; Conselheira Suplente Silvia Regina  
31 Ramires, Representante da Fundação Projeto Pescar; Conselheira Suplente Ana Carolina Freitas de  
32 Andrade, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira  
33 Suplente Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de  
34 Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris,  
35 Representante Titular do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira  
36 Renata Aparecida Ferreira, Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e  
37 Agrário - MDSA. **ABERTURA 08/03/2017:** O Sr. Fábio Moassab Bruni, Presidente do Conselho  
38 Nacional de Assistência Social – CNAS, iniciou a reunião cumprimentando a todos e realizou um  
39 cumprimento especial as mulheres, pelo Dia Internacional da Mulher. Prestou uma homenagem  
40 especial pelo falecimento do Sr. Osvaldo Russo, Ex-Secretário Nacional de Assistência Social,  
41 realizando um breve relato sobre a sua trajetória e solicitando um minuto de silêncio. O Conselheiro  
42 Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP, salientou que é uma  
43 perda significativa para a Política de Assistência Social e também para o militante das causas dos  
44 trabalhadores e da sociedade como um todo. O Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias,  
45 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, em nome da  
46 Secretaria Nacional de Assistência Social, lamentou o falecimento do Ex-Secretário e agradeceu  
47 pela sua contribuição ao SUAS. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do  
48 Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS, destacou que é  
49 muito lamentável essa perda e arrazoou que no período que o Sr. Osvaldo Russo trabalhou no  
50 Distrito Federal, deu grandes contribuições ao FONSEAS, participando das reuniões e contribuindo  
51 com os temas debatidos. Sugeriu elaborar uma nota pelo CNAS para a família. A Rosângela Maria  
52 Soares dos Santos, Vice-Presidente do CNAS e Representante do Fórum Nacional dos Usuários de  
53 Assistência Social – FNUSUAS/PA, cumprimentou a todos, especialmente as mulheres pela luta e  
54 resistência. Homenageou a Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, que faz aniversário nessa

55 data, por ser uma lutadora da Assistência Social. Iniciando os trabalhos, o Presidente Fábio  
56 Moassab Bruni solicitou a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária-Executiva do  
57 CNAS/MDSA, para que realizasse a verificação do quórum. Realizada a verificação, a Vice-  
58 Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos justificou a ausência da Conselheira Maria José  
59 Vasconcelos Barreto Carvalho até as 11h00 dessa reunião. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
60 elencou que a pauta é composta pelos seguintes itens: Dia 08/03: I) Informes do MDSA,  
61 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; II) Relato da Comissão de Acompanhamento de  
62 Benefícios e Transferência de Renda; III) Primeiro ciclo de avaliação do Programa Primeira  
63 Infância no SUAS; IV) Relato da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional da  
64 Assistência Social. 09/03: I) Relato da Presidência Ampliada; II) Relato da Comissão de Ética; III)  
65 Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social; IV) Relato da Comissão de  
66 Políticas da Assistência Social; V) Relato da reunião conjunta da Comissão de Acompanhamentos  
67 aos Conselhos da Assistência Social e Comissão de Normas da Assistência Social; VI) Relato da  
68 Comissão de Acompanhamentos aos Conselhos da Assistência Social; VII) Relato da Comissão de  
69 Normas da Assistência Social. Colocou para apreciação dos Conselheiros a Ata da 251ª Reunião  
70 Ordinária do CNAS e a pauta da 252ª Reunião Ordinária do CNAS e não havendo nenhuma  
71 manifestação contrária, a Ata e a pauta foram aprovadas. Prosseguindo para aos informes da  
72 Presidência e Secretaria-Executiva, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho informou que  
73 foram justificadas as seguintes ausências: Conselheiros Clodoaldo José Oliva Muchinski, Elisa  
74 Marciel e Tathiane Aquino, nessa reunião ordinária, por estarem participando do curso do Marco  
75 Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC nas vagas ofertadas para o CNAS; o  
76 Conselheiro Maurício Cunha, nessa reunião ordinária, devido a compromissos institucionais; a  
77 Conselheira Maria José, conforme informado pela Vice-Presidente. Convocações e participações:  
78 Conselheiro Leovane Gregório foi convocado para representar o CNAS na Reunião da Comissão  
79 Nacional Intersetorial para acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Promoção,  
80 Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar Comunitária no  
81 dia 22 de fevereiro de 2017, em Brasília; os Conselheiros Nacionais Titulares e Suplentes foram  
82 convocados para esta reunião ordinária, a ser realizada no período de 07 a 09 de março de 2017, em  
83 Brasília; o Conselheiro Leovane Gregório foi convocado e participou da 153ª Reunião da Comissão  
84 Intergetores Tripartite, realizadas nos dias 20 e 21 de março; os Conselheiros Clodoaldo José Oliva  
85 Muchinski, Elisa Marciel e Tathiane Aquino foram convocados para participar do curso

86 introdutório do MROSC com enfoque no SUAS, em parceria com a Escola Nacional de  
87 Administração Pública – ENAP, nos dias 06 a 10 de março de 2017, em Brasília. *E-mails* enviados  
88 aos Conselheiros do CNAS: Informes da SNAS para o CNAS apresentado na 251ª Reunião  
89 Ordinária do CNAS; Os quatros produtos de consultoria sobre os benefícios eventuais conforme  
90 encaminhamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda;  
91 *PowerPoint* apresentado na Comissão de Políticas pela convidada Ana Heloísa Viana Silva e  
92 Moreno, Assessora do Gabinete da SNAS, sobre as ações intersetoriais da Política de Assistência  
93 considerando a importância desse consolidado para o entendimento da atuação intersetorial no  
94 âmbito do SUAS; logomarca da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social com as alterações  
95 solicitadas na Plenária do CNAS; Ata e gravação da 251ª Reunião Ordinária do CNAS; pauta da  
96 252ª Reunião Ordinária do CNAS a ser realizada no período de 06 a 09 de março. Resolução,  
97 decreto e portaria: Resolução CNAS nº 01 de 13 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial  
98 da União de 14/02/2017, Seção 01 – Página 44, que dispõe sobre a aprovação do Relatório Final da  
99 Execução Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social – Exercício 2016. CNAS informa:  
100 Conselho Nacional de Assistência Social realiza a primeira reunião de 2017; Conselheiros elegeram  
101 a nova Vice-Presidente e discutiram o processo de construção da 11ª Conferência Nacional de  
102 Assistência Social; São Paulo sediará a Reunião Trimestral e Reunião Descentralizada e Ampliada  
103 do CNAS; Conselho Nacional divulga pauta da sua próxima reunião plenária. Solicitação de  
104 Audiência: A Sra. Aurora Maria Barbosa Moreira, Secretária Municipal de Assistência Social de  
105 Jaíba/MG, solicitou audiência para melhor esclarecimento sobre o Programa Primeira Infância no  
106 SUAS, MROSC, Reunião Descentralizada e Ampliada e o processo conferencial. Participaram da  
107 audiência: Sra. Aurora Maria Barbosa Moreira, Secretária Municipal de Assistência Social de  
108 Jaíba/MG; Sra. Edesonia, Coordenadora do CRAS; Sra. Rosineide Cardoso dos Santos,  
109 Coordenadora do CREAS e pelo CNAS: Maria Auxiliadora Pereira, Coordenadora da Coordenação  
110 de Políticas; Mirelle Campos, Coordenadora da Coordenação de Financiamento; Sra. Rosângela  
111 Almeida, Coordenadora da Coordenação de Normas; Sra. Suzany Gonçalves, Coordenadora da  
112 Coordenação de Financiamento. Datas comemorativas: 28/02 – Carnaval; 01/03 – Cinzas; 08/03 –  
113 Dia Internacional da Mulher. Aniversariantes do mês de março: dia 08 - Carmen Lúcia Lopes  
114 Fogaça, dia 24 - Norma Carvalho; dia 28 – Tathiane Araújo; dia 31 – Carlos Nambu. Com relação  
115 aos informes do MDSA, o Sr. André Yosan Silva, Coordenador do IGD/SUAS, comunicou que  
116 foram realizadas algumas alterações no tutorial de boas vindas aos Conselheiros Municipais, sendo

117 que não é necessário a realização de um cadastro para o seu acesso. Ponderou que estão recomendando  
118 que o mesmo seja acessado através do *Google Chrome*, pois através de outros navegadores são  
119 necessárias algumas atualizações. Apresentou o tutorial e os seus módulos e discorreu que o *link* de  
120 acesso está disponível no informe por escrito, que deve encaminhado em breve para os  
121 Conselheiros. Com relação à Consulta Pública sobre as Orientações Técnicas do Trabalho Social  
122 com famílias indígenas, postulou que foi realizado, em 2016, o Seminário de Trabalho Social com  
123 Famílias Indígenas, em que foi criado um caderno de orientações técnicas sobre o trabalho social  
124 com as famílias indígenas, que foi aberto a consulta pública. Articulou que foram recebidas 32  
125 contribuições de diversas áreas e de diversos Estados brasileiro e estão sendo processadas pela  
126 Equipe Técnica, visto que em breve o caderno de orientações será disponibilizado. Notificou que a  
127 Consulta Pública das Diretrizes Políticas e Metodológicas para o Atendimento de Crianças e  
128 Adolescentes em Situação de Rua na Assistência Social ainda está aberta para receber contribuições  
129 até o dia 10 março de 2017. Acrescentou que foi lançado na Reunião Ordinária da CIT, em  
130 fevereiro, o Caderno de Orientações Técnicas para o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao  
131 Mundo do Trabalho – ACESSUAS Trabalho, que visa subsidiar gestores e técnicos locais no  
132 planejamento e implementação das ações relacionadas ao mundo do trabalho e contempla o  
133 encaminhando das Câmaras Técnicas da CIT, que discutiram o Programa ACESSUAS Trabalho em  
134 2016. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos relatou que gostaria de saber como  
135 está o informe sobre o Fórum Pan-Amazônico, que acontecerá em Belém/PA e o Sr. André Yosan  
136 Silva explanou que solicitará a Conselheira Renata Aparecida Ferreira para que verbalize essa  
137 informação, pois não receberam nenhum informe sobre assunto. A Conselheira Renata Aparecida  
138 Ferreira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, informou que  
139 o Encontro Pan-Amazônico possui caráter internacional e possui o objetivo de reunir países que  
140 compõem a Amazônia, para discutir sobre a proteção social. Arrazouou que será realizado do dia 27  
141 a 31 de março de 2017, em Belém/PA e ilustrou que será produzida uma carta com todos os  
142 compromissos assumidos pelos países. Seguindo para os informes do FONSEAS, a Conselheira  
143 Célia Maria de Souza Melo Lima informou que a reunião do FONSEAS foi realizada no dia 21 de  
144 fevereiro de 2017 e foram debatidos e encaminhados vários pontos de pauta. Destacou que houve a  
145 participação maciça dos Estados, com 24 representações e que, a discussão do Programa Primeira  
146 Infância no SUAS foi bastante profunda, pois foi debatido desde a concepção até a  
147 operacionalização. Compreendeu que os Secretários de Estado não estão conseguindo distinguir o

148 Programa Primeira Infância no SUAS do Programa Criança Feliz, sendo um ponto que deve ser  
149 enfatizado nas oficinas que serão realizadas. Discorreu que, como encaminhamento, foi retirado que  
150 deve ser marcada uma audiência com o Ministro para discutir as questões apresentadas por todos os  
151 Estados. Elucidou que foi realizada a avaliação do Plano de Trabalho do Fórum, durante o ano de  
152 2016 e pactuado o mesmo para o ano de 2017. Enfatizou o debate da Meta 04 do Pacto de  
153 Aprimoramento do SUAS, em que foi retirada uma proposta referente ao cofinanciamento dos  
154 benefícios eventuais, que foi levada e pactuada na CIT. A Conselheira Maira Leiliane Oliveira  
155 Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social –  
156 FONSEAS, articulou que houve uma nova recomposição no FONSEAS, devido as 10 alterações de  
157 gestores nos Estados, incluindo a recomposição da CIT, dos cargos de tesoureiro e secretário e das  
158 regiões nordeste e sul. Informou que o FONSEAS está fechando o seu calendário de reuniões de  
159 acordo com as reuniões da CIT, para que um número maior de gestores possa participar da CIT,  
160 uma vez que a próxima reunião acontecerá nos dias 21 e 22 de março de 2017. A Conselheira  
161 Márcia Cristina Leal Góes, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais –  
162 CONGEMAS, informou que houve as seguintes alterações nos encontros regionais do  
163 CONGEMAS: 18 e 19 de abril – Encontro Regional do Nordeste, em João Pessoa/PB; 28 e 29 de  
164 abril – Encontro Regional do Sudeste, em Caxambu/MG; data a ser informada – Encontro Regional  
165 do Sul. Afirmou que o Encontro Nacional acontecerá nos dias 07 a 09 de junho de 2017, em Porto  
166 Seguro/BA e apresentou a logomarca do Encontro Nacional. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira,  
167 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais – CONGEMAS, complementou que  
168 no dia 21 de fevereiro de 2017 foi realizada a reunião do CONGEMAS, em que foi debatido sobre a  
169 recomposição que acontecerá no CONGEMAS durante o Encontro Nacional, haja vista a mudança  
170 de gestores. Explanou que, na próxima reunião do CNAS, estará presente a nova representante  
171 suplente do CONGEMAS, Sra. Júlia Restori. Seguindo para os informes da CIT, o Conselheiro  
172 Leovane Gregório relatou que foram discutidos os seguintes pontos de pauta na reunião da CIT: I)  
173 Pacto de Aprimoramento do SUAS; II) Balanço do Programa Primeira Infância no SUAS; III)  
174 Calendário de reuniões 2017; IV) ACESSUAS Trabalho; V) Revisão do registro mensal de  
175 atendimento; VI) Portaria do BPC; VII) Relatório Anual de CNEAS. Arrazouo que o Ministro  
176 participou da abertura da reunião, realizando uma explanação sobre o Programa Primeira Infância  
177 no SUAS e sobre a sua agenda, que será cumprida no mês de março de 2017. Salientou que os  
178 gestores municipais e estaduais chegaram a um consenso com relação ao Pacto de Aprimoramento

179 do SUAS 2016/2019, ponderando que alguns Estados ainda não conseguiram inserir em seu  
180 orçamento o cofinanciamento dos benefícios eventuais. Discorreu que os Estados e os municípios  
181 avaliaram que algumas falhas precisam ser corrigidas com relação à capacitação e as informações  
182 disponibilizadas com relação ao balanço do Programa Primeira Infância e que, na revisão do  
183 registro mensal de atendimento foram incluídos alguns itens para que os municípios possam  
184 preencher, para dar mais clareza sobre alguns atendimentos que não são realizados. Notificou que a  
185 reunião de março de 2017 acontecerá em dois dias, para que possam concluir todos os assuntos de  
186 pauta. Prosseguindo para o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
187 Transferência de Renda realizada no dia 06 de março de 2017, a Conselheira Edna Aparecida  
188 Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI,  
189 registrou que, após a realização do relato e discussão, participará do Ato Público sobre a Reforma  
190 da Previdência. Iniciando o relato, elencou os Conselheiros, convidados e ouvintes presentes.  
191 Articulou que foi debatido o seguinte ponto de pauta: I) Reunião conjunta com os Conselhos  
192 Nacionais e Setoriais de Garantia e Defesa de Direitos para discussão e encaminhamentos sobre o  
193 Benefício de Prestação Continuada - BPC. Encaminhamentos: 01) Os Conselhos Nacional e  
194 Setoriais de Garantia e Defesa de Direitos aprovaram um manifesto em defesa do BPC; 02) Marcar  
195 uma audiência com o relator da Comissão da Reforma Previdenciária destinada a proferir parecer a  
196 PEC 287/2017, para que representantes dos Conselhos signatários possam entregar o manifesto e  
197 sensibilizá-lo; 03) Que os Conselhos Nacionais e Setoriais de Defesa de Garantia de Direitos  
198 divulguem, de forma ampla, geral e irrestrita, o manifesto junto aos Deputados, Senadores,  
199 Comissões das Câmaras do Deputados e do Senado Federal, lideranças dos partidos, Conselhos  
200 Municipais e Estaduais das várias políticas, OAB, ANFIP e entre outros. Realizada a leitura do  
201 manifesto em defesa do BPC, o Presidente Fábio Moassab Bruni resgatou a construção do  
202 manifesto e deixou claro que o processo foi realizado a distância com outros Conselhos, no intuito  
203 de todos os Conselhos pudessem fazer a sua aprovação. Lembrou que existe uma solicitação da  
204 Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda de que o conteúdo do  
205 manifesto não seja alterado. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça mostrou a sua indignação  
206 com relação às manifestações dos representantes da Casa Civil, em que alegaram que o BPC é  
207 concorrente dos benefícios previdenciários. Sugeriu inserir a questão dos deficientes físicos, uma  
208 vez que existem pessoas com paralisia cerebral que não possuem condições de trabalho. A  
209 Conselheira Edna Aparecida Alegro compreendeu que realmente faltou essa questão e arrazoou que

210 a explanação do representante da Casa Civil, Sr. Bruno, já havia sido realizada na audiência  
211 realizada no dia 22 de fevereiro. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão,  
212 Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFITO, inferiu que  
213 preciso ser esclarecido em todos os setores do Governo e em todas as organizações de trabalhadores  
214 e usuários que é preciso seguir as regras estabelecidas para exposição de falas, pois a maneira que  
215 os representantes da Casa Civil participaram da reunião foi extremamente invasiva. Destacou sua  
216 indignação com a afirmação de que reduzir o BPC para meio salário mínimo é garantia de  
217 dignidade. O Conselheiro Leovane Gregório ponderou que está convencido de que não haverá um  
218 cenário com possibilidades de reverter esse quadro e o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira,  
219 Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social – CNTSS,  
220 concordou com as explicações dos demais Conselheiros e postulou que esse Governo está  
221 acabando com todos os direitos conquistados pelos brasileiros, salientando a sua indignação. A  
222 Conselheira Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos Empregados em  
223 Instituições Benéficas, também concordou com as explicações dos demais Conselheiros e  
224 relatou que o Professor Bernadino disse que: “*A pauta desse Governo, não é a pauta que a gente*  
225 *construiu.*”. Sugeriu que os encaminhamentos devem ser endurecidos e intuiu que precisam  
226 começar a movimentar as assembleias legislativas e posicionar de forma contundente. O Presidente  
227 Fábio Moassab Bruni lembrou que, em fevereiro, o CNAS decidiu articular com os Conselhos  
228 Estaduais de Assistência Social, além da articulação com os Conselhos de Direitos, solicitando que  
229 realizassem pressão em suas assembleias legislativas e nos seus representantes. O Conselheiro Luís  
230 Otávio Pires de Farias compreendeu que os fatos ocorridos na reunião da Comissão despertaram o  
231 CNAS para o tamanho da tragédia que acontecerá se nada for feito e deixou claro que a SNAS está  
232 fazendo o possível em defesa do BPC. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos  
233 arrazoou que mais lhe assuntou foi a explanação dizendo que as fraudes são apenas 5% e que as  
234 pessoas ricas são as que sofreriam mais. Intuiu que precisam conversar com as bancadas dos  
235 deputados e dar orientações aos Conselhos Estaduais e Municipais para que se coloquem contra  
236 todos os retrocessos na Política de Assistência Social. A Conselheira Norma Suely de Souza  
237 Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social, parabenizou a Comissão pela  
238 postura diante a situação e concordou que precisam elaborar uma nova estratégia, destacando que  
239 precisam elaborar uma proposta prática. A Conselheira Edna Aparecida Alegro registrou que  
240 existem duas emendas parlamentares apresentadas dentro do prazo estabelecido, Emenda nº 01 pelo

241 Deputado Barbosa e mais quatro deputados e Emenda nº 02 da Deputada Rosinha, que tratam do  
242 BPC. Com relação à realização de outras audiências públicas sobre o BPC, discorreu que acredita  
243 que não ocorrerão, pois foi acordo a realização de quatro audiências, duas já realizadas e duas a  
244 serem realizadas. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima articulou que a citação de que o  
245 BPC concorre com os benefícios previdenciários revela o desconhecimento da Política de  
246 Assistência Social e explanou que o BPC é uma das bandeiras de luta do FONSEAS, que está  
247 exposto na Carta de Brasília e na manifestação contrária a PEC 287. Postulou que, se a Comissão  
248 autorizar, levará esse relato para a reunião do FONSEAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
249 solicitou ao FONSEAS e ao CONGEMAS que mobilizem as suas bases em defesa do BPC e a  
250 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão ressaltou que precisam pensar em  
251 estratégias mais ofensivas politicamente e mobilizar as pessoas que serão mais atingidas com essas  
252 mudanças, os idosos e as pessoas com deficiência. O Conselheiro Sávio Angelin Pereira postulou  
253 que, infelizmente, vivem em um país em que o Governo está retirando os direitos dos trabalhadores  
254 e afirmou que estão diante um cenário difícil, mas destacou que precisam reagir. A Conselheira  
255 Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e  
256 Agrário – MDSA, registrou que a Comissão entendeu que a discussão foi bastante positiva ao final  
257 da reunião, para que os representantes da Casa Civil saibam sobre a importância do espaço da  
258 Assistência Social e que, comentou com os mesmos que poderia disponibilizar os dados  
259 necessários. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos relatou que seria interessante o  
260 CNAS enviar, para a Casa Civil, um documento sobre a postura desses funcionários e sugeriu  
261 enviar um ofício, juntamente com a Resolução do CNAS e com o manifesto em defesa do BPC,  
262 para a Comissão Especial que está tratando da reforma da Previdência. O Presidente Fábio Moassab  
263 Bruni explanou que a segunda proposta está encaminhada, pois entregarão esse manifesto, em  
264 mãos, para os deputados e senadores que estão tratando da reforma da Previdência. A Conselheira  
265 Edna Aparecida Alegro destacou que o manifesto está representando todos os Conselhos e que,  
266 enviar um documento a Casa Civil questionando a postura de seus representantes não seria  
267 interessante. A Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça compreendeu que precisam mobilizar a  
268 população do país com campanhas, para que sejam externada a situação e a Vice-Presidente  
269 Rosângela Maria Soares dos Santos intuiu que seria interessante gravar pequenos vídeos com a  
270 equipe de comunicação, para postar nos meios de comunicação do CNAS. A Conselheira Clátia  
271 Regina Vieira destacou que é primordial elaborar uma campanha a nível nacional com os CRAS,

272 CREAS, instituições e com os CEAS, agregando outros atores. A Conselheira Maira Leiliane  
273 Oliveira Almeida propôs que, na reunião do FONACEAS, que terá a representação de todos os  
274 Conselhos Estaduais, essa matéria seja pautada e o Presidente Fábio Moassab Bruni informou que  
275 já levaria o manifesto e todo material para essa reunião. O Sr. Jairo, Conselheiro CEAS/MA,  
276 lembrou que na reunião do FONACEAS de Alagoas propôs que nas Reuniões Trimestrais do CNAS  
277 fosse discutido sobre o BPC e sugeriu que o CNAS realize uma audiência pública nos Estados. O  
278 Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias compreendeu que há condições de uma reversão no  
279 Congresso e sugeriu que fosse realizada uma audiência com os líderes partidários. O Presidente  
280 Fábio Moassab Bruni discorreu que já questionou a Secretaria-Executiva sobre a possibilidade de  
281 elaborar os pequenos vídeos no período de almoço. O Sr. Pedro, Conselheiro do CEAS/GO,  
282 informou que, dentro da assembleia legislativa, a deputada estadual marcou uma audiência pública  
283 que discutirá a PEC 287, que será realizada na próxima segunda-feira. O Presidente Fábio Moassab  
284 Bruni sugeriu que fosse solicitada cópia do manifesto e da resolução a Secretaria-Executiva para  
285 que possa levar a essa audiência pública. Prosseguindo para Primeiro ciclo de avaliação do  
286 Programa Primeira Infância no SUAS, a Conselheira Renata Aparecida Ferreira ilustrou que  
287 Programa está sendo liderado e tem como ponto focal e articulador a Proteção Social Básica.  
288 Postulou que, em dezembro de 2016, foi realizada abertura do processo de aceite por parte dos  
289 municípios e Estados, sendo que foram ofertadas metas de atendimento para o Programa para os  
290 municípios, entendendo que as metas correspondem ao público de gestantes, crianças na primeira  
291 infância com famílias beneficiadas do Bolsa Família e crianças do BPC. E, também, em uma  
292 segunda etapa do Programa, crianças em medida protetiva em uma ação específica no âmbito da  
293 Proteção Social Especial. Informou que os montantes de 2.544 municípios de 3.279 municípios  
294 manifestaram interesse em realizar o aceite no programa, desses, 2.465 municípios atendiam os  
295 critérios para a efetiva implantação, o que corresponde a 371.400 crianças ou gestantes, 75% do  
296 universo de oferta. Complementou que 79 municípios não tiveram o processo finalizado pela não  
297 aprovação dos Conselhos Municipais, seja por questões de reprovação ou por não submeter ao  
298 processo de aprovação. Arrazoou que 92% dos Estados brasileiros deram aceite e aprovaram o  
299 Programa Primeira Infância no SUAS e notificou que o Programa Criança Feliz promoveu uma  
300 capacitação inicial sobre a parte metodológica do Programa, sendo que a segunda etapa das  
301 capacitações será para consolidação efetiva da metodologia que será adotada nas visitas, acolhida e  
302 na atenção do fortalecimento de vínculo com a família, uma vez que os municípios serão

303 capacitados para implantação do Programa. Explanou que existe um apoio técnico do MDSA aos  
304 Estados na constituição dos comitês gestores, na elaboração dos planos de implantação e no  
305 acompanhamento das ações in loco. Acrescentou que foi realizado o lançamento de uma orientação  
306 técnica específica da participação do SUAS no Programa Criança Feliz e que, será lançada uma  
307 orientação técnica de integração da Proteção Social Básica no Programa, entendendo que a Proteção  
308 Social Básica deve estar ligada aos seus serviços. Discorreu que existe uma oficina prevista para o  
309 primeiro semestre de 2017 sobre a área de desenvolvimento infantil no contexto do SUAS e  
310 destacou a publicação lançada na última reunião da CIT, que traz o detalhamento sobre o Programa,  
311 salientando a importância de todos terem acesso a esse material, para que possam avançar nas  
312 discussões técnicas. Informou que foi publicado, hoje, no Diário Oficial da União, a criação do  
313 Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, que trata sobre a  
314 responsabilidade que o Brasil assume perante a Lei 13.257/2016. A Conselheira Márcia Cristina  
315 Leal Góes questionou se haveria a possibilidade de acessar, nesse momento, a orientação técnica  
316 para que possa compartilhar com os gestores municipais e articulou que existem *links* no *site* do  
317 MDSA que não estão indisponíveis. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira ilustrou que a forma  
318 que o MDSA acomoda as publicações incomoda muito e explicou que foi orientado que os Estados  
319 mobilizassem os municípios para que comunicassem os problemas de acesso as informações, para  
320 que pudesse ser rastreada. O Conselheiro Samuel Rodrigues, Representante do Fórum Nacional de  
321 População de Rua, indagou como ficará a questão das visitas domiciliares do Programa Criança  
322 Feliz em relação às crianças que estão em situação de rua e a Conselheira Maria José Vasconcelos  
323 Barreto Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe –  
324 FEUSUAS/SE, ponderou que sempre ouviram que serão realizadas visitas, porém, nunca foi  
325 explicado quem será esse profissional, como será contratado e quem arcará com as suas despesas. A  
326 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho solicitou mais explicações sobre a metodologia e  
327 questionou se existe algum planejamento para que o CNAS tenha e/ou participe dessa capacitação.  
328 A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes postulou que o sistema de senhas e o serviço de  
329 autenticação liberem para o município, com corresponsabilidade, a possibilidade de acesso de outro  
330 profissional devidamente identificado e reconhecido pela gestão, para que possa alimentar o  
331 sistema. O Conselheiro Leovane Gregório relatou que esteve na reunião da CIT e ouviu algumas  
332 críticas por parte dos municípios e dos Estados, que lhe chamou a atenção, com relação à  
333 organização do Ministério para trabalhar esse processo. Indagou se podem entender que os

334 municípios estão sendo capazes de executar o recurso que será disponibilizado e se os comitês  
335 estaduais ajudarão a fazer a política de rede com outras políticas públicas que integram o Primeira  
336 Infância no processo. Com relação à capacitação, questionou quem é o responsável pela mesma e  
337 qual é o conteúdo que está sendo ministrado aos Estados para que possam, de alguma maneira,  
338 trabalhar com os municípios. Com relação à questão do acompanhamento dos Estados, indagou  
339 quais os Estados que já foram acompanhados de perto, in loco, pelo Governo Federal. Salientou que  
340 a resolução não tem a previsão de como ficariam os Estados que não aceitassem participar, em tese,  
341 do Programa. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira explicou que União terá responsabilidade  
342 sobre os municípios em que os Estados não aderirem o Programa, capacitando e apoiando  
343 diretamente, para que o Programa aconteça e que, até o momento foi realizada a execução  
344 financeira apenas nos Estados, uma vez que a resolução cita que o município apenas poderá  
345 executar o Programa se estiver capacitado. Comentou que, através de uma avaliação, foi constatado  
346 que o valor do recurso não seria suficiente e houve um reajuste no valor do repasse, elevando o per  
347 capita. Deixou claro que o recurso para o Programa Criança Feliz, é um recurso novo e elucidou  
348 que a metodologia relacionada ao visitador e ao supervisor está sendo consolidada. Arrazoou que o  
349 kit dessa metodologia, que é a integração de todo o conteúdo que vem sendo otimizado do  
350 Programa Criança Feliz e a integração com o SUAS, será disponibilizado para os Estados no início  
351 do mês de abril, visto que a partir do mesmo os Estados terão condição de efetivamente tratar da  
352 metodologia com os municípios. Manifestou que o CNAS está representando na Câmara Técnica da  
353 CIT, acompanhando todos os trabalhos e que, precisam integrar a questão da criança em situação de  
354 rua como as crianças em medida protetiva, entretanto, explicou que estão fazendo essa construção  
355 por partes. Destacou que já foi apresentado, no CNAS, sobre o perfil do profissional que realizará  
356 as visitas como também na Reunião Descentralizada, inclusive está contemplado na resolução. O  
357 Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias informou que o sistema geral de administração de senhas  
358 permite há algum tempo a descentralização de perfis pelo próprio município, desde que cadastrado  
359 no CADSUAS, sendo que apenas nos casos do Plano de Ação e do demonstrando, que possuem  
360 relação direta com a questão do financiamento, podem ser operados apenas com as senhas do  
361 Secretário ou do Adjunto. A Vice-Presidente Rosângela Maria Soares dos Santos articulou que  
362 algumas questões ainda não estão bem explicadas e entendeu que existe a necessidade de realizar  
363 uma nova leitura da resolução. Comentou que o balanço apresentado não reflete o que os  
364 municípios e Estados estão trazendo sobre a real funcionabilidade do Programa e solicitou

365 esclarecimento sobre o papel efetivo do comitê. O Presidente Fábio Moassab Bruni ilustrou que  
366 seria complicado rever a resolução e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima entendeu que  
367 não está havendo uma compreensão sobre o Programa Primeira Infância no SUAS e o Programa  
368 Criança Feliz e ressaltou que é muito importante que, nas oficinas e nos encontros que estão  
369 acontecendo nos Estados, seja deixado claro que a participação da Assistência é no Primeira  
370 Infância. Sugeriu que precisam rever a situação, pois foi questionado sobre o motivo da conta ser  
371 aberta em nome do Programa Criança Feliz, sendo que deveria se aberta em nome do Programa  
372 Primeira Infância no SUAS. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris, Representante do  
373 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, arrazoou que gostaria de saber quais são  
374 as questões divergentes, para que possam ser esclarecidas da maneira adequada, sugerindo que as  
375 mesmas sejam levadas a Câmara Técnica para que seja construída orientações complementares. O  
376 Presidente Fábio Moassab Bruni informou que o CNAS realizará a requisição de vagas no próximo  
377 curso de capacitação e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão questionou se  
378 existe a definição da capacitação que será dada aos visitantes, qual será o seu conteúdo e quais  
379 serão as ações desenvolvidas pelo visitador. Questionou também se existem informações se o  
380 Programa Criança Feliz foi discutido em outros Conselhos Intersetoriais. A Conselheira Edna  
381 Aparecida Alegro indagou se existe alguma previsão de ações necessárias e específicas para a  
382 criança com deficiência. A Sra. Marlene, Representante do Conselho Federal de Serviço Social –  
383 CFESS, questionou como ficará a relação intersetorial na supervisão da ação dos visitantes sociais  
384 e qual será as suas atribuições e competências. A Conselheira Renata Aparecida Ferreira informou  
385 que estão a disposição para realizar os esclarecimentos necessários em relação ao visitador social e  
386 explicou que, no escopo do SUAS, criaram o desenho da competência da função do visitador, sendo  
387 que em nenhum momento tem a pretensão de atuar como um técnico dentro de um domicílio.  
388 Notificou que a capacitação está sendo elaborada para que o visitador tenha aporte de conhecimento  
389 em diversas situações e explanou que podem realizar uma oficina para esclarecer todas as dúvidas,  
390 entretanto, lhe preocupa a existência de muitas dúvidas referentes ao Programa Criança Feliz, que  
391 devem ser esclarecidas por um representante do mesmo, pois apenas responde pelo Programa  
392 Criança Feliz no SUAS. Colocou a disposição para subsidiar o necessário para a reunião do Fórum  
393 Nacional dos Trabalhadores do SUAS. Com relação à criança com deficiência, ilustrou que a  
394 orientação técnica, na página 31, traz os parâmetros de como atuar com essas crianças, uma vez  
395 que, na segunda orientação técnica de integração da Proteção Básica Social especificamente com o

396 Programa, vai trazer um conteúdo detalhado sobre a atenção a essas crianças. O Presidente Fábio  
397 Moassab Bruni encaminhou que no próximo ciclo de avaliação será convidada a Secretaria  
398 responsável pelo Programa Criança Feliz e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque  
399 Maranhão questionou se haverá rigidez em relação à meta relacionada às crianças com microcefalia.  
400 A Conselheira Renata Aparecida Ferreira explanou que o termo correto é Síndrome Congênita do  
401 Zica Vírus e que, essa criança obrigatoriamente deve estar no BPC, por existir uma organização  
402 para que esteja incluída, desde que atenda os critérios. Arrazoou que as crianças que não estão no  
403 BPC e nem no Programa Bolsa Família, é algo que o Comitê Interministerial do Programa Criança  
404 Feliz está discutindo. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris complementou que estão  
405 estudando as situações de nascidos vivos confirmados com a Síndrome e estão conversando com os  
406 municípios para entender quais são as necessidades e quais são as demandas de atendimento para  
407 montar uma proposta. Discorreu que uma das demandas apresentadas pelos municípios é a  
408 necessidade de estruturação dos Centros Dias de Referência para acompanhar as mães, além dos  
409 Centros de Reabilitação de Saúde, creches e outras estruturas. A Conselheira Luziana Carvalho de  
410 Albuquerque Maranhão lembrou que está pendente o questionamento sobre a necessidade da terapia  
411 ocupacional e da fonoaudiologia para a estimulação precoce e a Conselheira Mariana de Sousa  
412 Machado Neris articulou que ficará como encaminhamento trazer o desenho que está sendo pensado  
413 para a reformulação enquanto metodologia de atendimento. Finalizado o debate, o Presidente Fábio  
414 Moassab Bruni iniciou o relato da reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional  
415 de Assistência Social realizada no dia 06 de março de 2017 elencando os integrantes, convidados e  
416 ouvintes presentes. Relatou que foram debatidos os seguintes pontos de pauta: I) Patrocínio.  
417 Encaminhamentos: 01) Encaminhar o Portfólio para revisão da ASCOM/MDSA; 02) Agendar  
418 reunião com a SECOM/PR; 03) Iniciar contato com os possíveis patrocinadores. II) Material para  
419 participação e representação dos Conselheiros do CNAS nas Conferências Municipais, Estaduais e  
420 do DF. Encaminhamentos: 01) Disponibilizar o material para os conselheiros; 02) Encaminhar a  
421 ASCOM, assim que forem confirmados a lista das datas das realizações das Conferências bem  
422 como material para divulgação como fotos e textos para divulgação nas redes sociais e InfoSUAS.  
423 III) Definição das orientações para as Conferências Municipais: Instrumentais para as Conferências  
424 Municipais. Encaminhamentos: 01) Agendar reunião da Equipe de Especialistas e Comissão  
425 Organizadora para o dia 20 de março de 2017 para fechamento do informe e alinhamento de  
426 conteúdo; 02) Solicitar para a SNAS identificar os Estados a serem apontados no Instrumental II,

427 com relação ao quantitativo máximo de deliberações por Estados de duas a seis propostas,  
428 considerando os critérios de cofinanciamento e capacitação. IV) Estrutura programática da 11ª  
429 Conferência Nacional. Encaminhamentos: 01) Foram propostos que os debates serão por eixos e,  
430 podendo ocorrer simultaneamente; 02) O número de conferencistas será de dois com o tempo de 15  
431 minutos para cada conferencista; 03) grupos de trabalho seguiram a mesma distribuição por eixo;  
432 04) O número de *stands* será de 32 (trinta de duas), considerando a possibilidade da metragem por  
433 *stand*, agrupar regiões e segmentos. V) Programação da Reunião Descentralizada e Ampliada do  
434 CNAS em São Paulo. Aprovada a programação da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS  
435 em São Paulo, data e local. Esclarecido que no dia 04 os trabalhos se darão no Auditório contando  
436 com duas salas de apoio. No dia 05, pela manhã, as discussões se darão nas 10 salas de Grupos de  
437 Trabalho, à tarde, novamente o auditório será utilizado. O Local: Universidade UNINOVE –  
438 Campos Vergueiro, Rua Vergueiro 235/249, Liberdade, São Paulo/SP. No Dia 04 de abril de 2017,  
439 Reunião Descentralizada e Ampliada: 08h00 as 10h30 – credenciamento; as 10h30 - Painel I,  
440 composto pela Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional falando sobre a organização do  
441 processo conferencial; 11h30 as 12h30 – debate; 12h30 as 14h00 – almoço; 14h as 15h30 -  
442 apresentação dos Eixos I e II; 15h30 às 16h30 – debate; 16h30 as 19h30 Reunião Trimestral do  
443 CNAS com o CEAS e o CAS/DF. Dia 05 de abril de 2017: das 09h às 12h00 - oficinas de I a X;  
444 14h00 as 15h30 - apresentação dos eixos III e IV; 15h30 as 16h30 – debate; as 17h00 -  
445 encerramento. VI) Definição da pauta da Reunião da Comissão Organizadora da 11ª Conferência  
446 Nacional que será no dia 20 de março de 2017: Discussão sobre a implementação do mérito CNAS  
447 na 11ª Conferência Nacional; Discussão sobre critérios de Delegados Nacionais para a 11ª  
448 Conferência Nacional; Discussão sobre critérios de convidados para a 11ª Conferência Nacional;  
449 Apresentação do Plano de Comunicação pela ASCOM/MDSA; e apresentação da proposta sobre a  
450 participação de observadores feita pela Ouvidora do Ministério. O Conselheiro Luís Otávio Pires de  
451 Farias justificou que terá que se ausentar, pois terá que participar de uma reunião na Secretaria-  
452 Executiva e observou que precisam usar uma linguagem menos rebuscada nos anexos que serão  
453 lidos, para que haja uma melhor comunicação com a população. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
454 explanou que essa questão já era uma preocupação que foi remetida ao grupo de especialistas e  
455 propôs abrir um prazo até a próxima semana, para receber eventuais contribuições dos  
456 Conselheiros, já que não haverá reunião em abril e existe uma urgência de comunicar com os  
457 Conselhos Municipais que estão necessitando das orientações para fazer as suas conferências.

458 Realizada a leitura do Instrumental I, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima discorreu que  
459 precisam deixar claro que os desafios estão diretamente relacionados a possíveis propostas que  
460 virão das conferências, sugerindo acrescentar a seguinte frase: “...visando orientar as conferências  
461 para definição de propostas prioritárias onde as deliberações a serem aprovadas na Plenária  
462 final.”. O Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou que a redação fosse encaminhada para a  
463 Secretaria-Executiva e que não seja realizado nenhum destaque na redação do que está posto em  
464 cada seção dos eixos como desafio, pois a redação veio do Plano Decenal. O Conselheiro Leovane  
465 Gregório entendeu que seria interessante que todas as perguntas, em todos os eixos, situassem a  
466 questão do município e a Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris inferiu que seria  
467 interessante listar todas as unidades de atendimento dos usuários, como o Centros Dia, as unidades  
468 de acolhimento e entidades socioassistenciais, sugerindo incluir na redação “e outras unidades  
469 socioassistenciais”. A Conselheira Solange Teixeira sugeriu dar destaque ao Programa Bolsa  
470 Família no texto que trata da transferência de renda e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes  
471 Martins ponderou que seria interessante substituir a palavra “suplantar” e que, poderiam alterar a  
472 frase: “assim, além do aprimoramento da legislação nacional” para “além do aprimoramento da  
473 legislação dos entes”, inclusive citando a Resolução nº 12 da CIT de 04 de dezembro de 2014, que  
474 pactuam as orientações da lei municipal do SUAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni registrou a  
475 presença do Ex-Presidente do CNAS, Sr. Edivaldo, que está discutindo os instrumentais que  
476 orientarão as Conferências de Assistência Social nos municípios. O Conselheiro Leovane Gregório  
477 entendeu que precisaria, talvez, elaborar um parágrafo para poder argumentar um pouco mais sobre  
478 a necessidade do cofinanciamento e de sua importância para Política de Assistência Social. A  
479 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins sugeriu acrescentar a palavra “legislação” antes de  
480 “gestão”, para complementar as discussões que apareceram no eixo e inferiu que seria importante  
481 citar as CIBs como espaço de articulação para essa questão do cofinanciamento. Devido o horário  
482 avançado, o Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu terminar a leitura dos documentos no período  
483 da manhã do segundo dia de reunião e informou que a Secretaria-Executiva elaborou uma nota de  
484 pesar pela morte do Ex-Secretário Nacional, Sr. Osvaldo Russo. **ENCERRAMENTO 08/03/2017:**  
485 O Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro da 252ª  
486 Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA 09/03/2017:** O Presidente Fábio Moassab Bruni iniciou  
487 o segundo dia da 252ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e solicitou a Sra.  
488 Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária-Executiva do CNAS/MDSA, para que realizasse

489 a verificação do quórum. Realizada a verificação, o Presidente Fábio Moassab Bruni justificou que  
490 a Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho terá que se ausentar no período da manhã e que, os  
491 Conselheiros Luís Otávio Pires de Farias, Maria Amélia Sazaki; Mariana de Sousa Machado Neris e  
492 Renata Aparecida Ferreira foram convocados para uma reunião. Retomando o relato da Reunião da  
493 Comissão Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizou a leitura do  
494 Instrumental II e esclareceu que, no quantitativo máximo de deliberações por Estados definido, a  
495 ideia é que os municípios do Estado, em que o SUAS não esteja em um nível de implementação  
496 considerado suficiente comparando com as demais unidades da Federação, possam ter um limite  
497 maior para deliberar. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima discorreu que seria  
498 interessante definir dois patamares pelo percentual de metas que cada Estado tem cumprido do  
499 Pacto de Aprimoramento do SUAS e o Presidente Fábio Moassab Bruni ponderou que não sabe se  
500 as metas do Pacto são aferidas nos dados do Censo SUAS. O Conselheiro Leovane Gregório  
501 compreendeu que é importante que no instrumental tenha essa informação do Pacto, para saber  
502 sobre o seu encaminhamento nos Estados. Não havendo mais comentários sobre o instrumental, o  
503 Presidente Fábio Moassab Bruni articulou que a Secretaria-Executiva inferiu que agenda proposta  
504 para o dia 03 de abril de 2017, que será realizada no dia 20 de março de 2017, ficará muito extensa  
505 e sugeriu passar alguns itens para a reunião do dia 15 de maio de 2017, porém, compreendeu que  
506 precisam avaliar a situação, pois diversos itens são de outras instâncias. A Vice-Presidente  
507 Rosângela Maria Soares dos Santos informou que o Encontro Nacional dos Usuários do SUAS, que  
508 seria realizado nos dias 03 e 04 de abril de 2017, em São Paulo foi alterado para o dia 18 e 19 de  
509 abril de 2017, em Brasília, na Procuradoria Geral da República. O Conselheiro Leovane Gregório  
510 questionou se foi publicado algum item sobre a quantidade de delegados e o Presidente Fábio  
511 Moassab Bruni explicou que ainda não receberam uma resposta sobre a questão, solicitando ao Sr.  
512 André Yosan Silva que providencie esses números para que seja debatido na reunião do  
513 FONACEAS. Seguindo para o relato da reunião da Presidência Ampliada realizada no dia 07 de  
514 março de 2017, o Presidente Fábio Moassab Bruni elencou os participantes presentes e postulou que  
515 foram discutidos os seguintes itens de pauta: I) Informes das Reuniões das Comissões Temáticas.  
516 II) Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS. Local: UNINOVE – Campus Vergueiro, nos  
517 dias 04 e 05 de abril de 2017, das 09h00 as 16h30 no dia 04 de abril e das 09h00 as 17h30 no dia  
518 05. III) Reunião Trimestral. Local: UNINOVE – Campus Vergueiro, no dia 04 de abril de 2017 das  
519 16h30 as 19h30. IV) Solicitação de orientação para o processo eleitoral 2017 do Conselho Estadual

520 de Assistência Social de Santa Catariana. Encaminhamento: A Secretaria-Executiva entrará em  
521 contado com o CEAS para verificar a situação atual. Em cumprimento a solicitação da Presidência  
522 Ampliada, a Secretaria-Executiva do CNAS entrou em contato com o CEAS/Santa Catarina, no dia  
523 08 de março de 2016, e foi informado do envio do Ofício CEAS/Santa Catarina nº 16 de 2017. O  
524 expediente foi recebido no CNAS por *e-mail* no dia 08 de março de 2017, por meio do qual informa  
525 que na Plenária Extraordinária, de 07 de março de 2017, o CEAS/Santa Catarina debate e deliberou  
526 por não prorrogar o mandato baseado em consulta ao Ministério Público e na conclusão do parecer  
527 da Consultoria Jurídica. V) Convites: A) 37º Encontro do FONASEAS, a ser realizado nos dias 14 e  
528 15 de março de 2017, em Brasília. Encaminhamento: O Presidente Fábio Moassab Bruni participará  
529 do encontro. B) Reunião Ampliada do Conselho Estadual de Assistência Social de Tocantins, a ser  
530 realizada no dia 02 de abril de 2017. Encaminhamento: A Presidência Ampliada sugere que seja  
531 enviada resposta ao CEAS/Tocantins informando que o CNAS está empenhado na realização da  
532 Reunião Descentralizada e Ampliada e na Reunião Trimestral do CNAS com CEAS e CAS/DF que  
533 serão realizadas em São Paulo, com a presença de todos os Presidentes do CEAS e convidados, que  
534 abordarão sobre o processo conferencial de 2017, tais como: tema, eixos e os instrumentais.  
535 Esclarecer também que todo o material orientador sobre a Conferência está sendo disponibilizado  
536 pelo CNAS por meio de resoluções, como a Resolução CNAS nº 23/2016 e os informes. C)  
537 Seminário Pan-Amazônico de Proteção Social, a ser realizado nos dias 27 a 31 de maio de 2017, em  
538 Belém/PA. Encaminhamento: O Presidente do CNAS participará do Seminário e também as  
539 Conselheiras Rosângela Maria Soares dos Santos, Márcia Góes e Norma Carvalho. VI) Visitas de  
540 estudos de Moçambique. Encaminhamento: A Secretaria-Executiva do CNAS fará contato com a  
541 Consultora, Sra. Ana Carolina, sobre a realização da reunião. VII) Pauta da 253ª Reunião Ordinária  
542 do CNAS, de abril de 2017: Dia 20/03/2017: das 09h00 as 17h00 - Reunião da Comissão  
543 Organizadora da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Dia 04/04/2017 – Reunião  
544 Descentralizada e Ampliada do CNAS e Reunião Trimestral do CNAS com CEAS e CAS/DF: das  
545 09h00 as 16h30 – Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS; das 16h30 as 19h30 – Reunião  
546 Trimestral do CNAS com CEAS e CAS/DF. Dia 05/04/2017: das 09h00 as 17h30 – Reunião  
547 Descentralizada e Ampliada do CNAS. Dia 06/04/2017 – 253ª Reunião Ordinária do CNAS: das  
548 09h00 as 09h30 - Aprovação da Ata 252ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 253ª Reunião  
549 Ordinária do CNAS; das 09h30 as 10h30 – Informes da Presidência, Secretária-Executiva, MDSA,  
550 FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; das 10h30 as 11h00 – Avaliação da Reunião

551 Descentralizada e Ampliada do CNAS; das 11h00 as 13h00 – Reunião com os especialistas da 11ª  
552 Conferência Nacional de Assistência Social. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima  
553 ponderou que sentiu falta de mencionar o caso da cidade de Americana e a possibilidade de ter uma  
554 reunião extraordinária da descentralizada no relato da reunião. O Presidente Fábio Moassab Bruni  
555 explicou que houve uma denúncia em relação à cidade de Americana, que será tratada dentro da  
556 Presidência e a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho explicou que a mesma seguirá um rito  
557 como as demais denúncias que foram aprovadas pelo Colegiado. Com relação à possibilidade de  
558 reunião extraordinária, o Presidente Fábio Moassab Bruni ilustrou que, como esse assunto não foi  
559 pactuado na CIT, entenderam que não seria interessante inserir na programação. O Conselheiro  
560 Benedito Augusto de Oliveira questionou se existe um prazo para que seja dado um  
561 encaminhamento com relação à denúncia e o Presidente Fábio Moassab Bruni informou que no dia  
562 21 de março esse item será tratado com a Vice-Presidente. A Conselheira Solange Teixeira  
563 questionou qual foi critério para escolha de Conselheiros para participar do Seminário Pan-  
564 Amazônico e o Presidente Fábio Moassab Bruni esclareceu que havia vaga apenas para o Presidente  
565 e a Vice-Presidente e que, solicitou três vagas para que os Conselheiros do Estado do Pará  
566 pudessem participar. Prosseguindo para o relato da reunião da Comissão de Ética, o Conselheiro  
567 Alberto Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário –  
568 MDSA, informou que não houve a reunião da Comissão de Ética, devido a não apresentação da  
569 defesa pelo novo defensor dativo indicado pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS.  
570 Iniciando o relato da reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social  
571 realizada no dia 07 de março de 2017, o Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspeção  
572 São João Bosco, elencou os Conselheiros e convidados presentes e arrazoou que foram debatidos os  
573 seguintes pontos de pauta: I) Apresentação do Relatório da Ação nº 8249 – Funcionamento dos  
574 Conselhos de Assistência Social – Relatório Final 2016. Encaminhamento: Sugere aprovação do  
575 relatório da Ação nº 8249 – Funcionamento dos Conselhos da Assistência Social – Relatório Final  
576 2016. II) Discussão referente ao limite orçamentário das emendas de Comissão, Bancada e Relator.  
577 Realizar o levantamento do conjunto de emendas parlamentares do orçamento de 2017 e verificar o  
578 fluxo referente à liberação do limite orçamentário relacionado às emendas aprovadas para  
579 Assistência Social para posterior avaliação dessa Comissão. III) Fluxo do ciclo orçamentário do  
580 Fundo Nacional, considerando o Artigo 121, Inciso VIII referente ao PPA e LDO da NOBSUAS  
581 2012. Encaminhamentos: 01) Encaminhar por *e-mail* aos Conselheiros da Comissão o Decreto nº

582 8243 de 23 de maio de 2014 – Política Nacional de Participação Social, sobre o Fórum  
583 Interconselhos; 02) Encaminhar por *e-mail* a apresentação do PPA e LDO realizada pela SNAS para  
584 os Conselheiros da Comissão; 03) Solicitar ao Fundo Nacional o quadro detalhado da Lei nº  
585 13.414/2017 – LOAS 2017 referente à Assistência Social e encaminhar a todos os Conselheiros do  
586 CNAS. IV) Definição da pauta da reunião de maio de 2017: Apreciação do Relatório de Execução  
587 Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional – 1º Trimestre – Exercício 2017 – Convidado: Fundo  
588 Nacional de Assistência Social; Revisão da classificação orçamentária da Assistência Social –  
589 Encaminhamento da Presidência Ampliada/ Função 08; Discussão referente ao limite orçamentário  
590 das emendas de Comissão, Bancada e Relator; Discussão sobre o PPA e LDO - Levantamento da  
591 atuação da SNAS em relação ao PPA e LDO no que se refere à Assistência Social. O Conselheiro  
592 Leovane Gregório compreendeu que, talvez, deveriam se debruçar sobre o PAA e a Lei de  
593 Diretrizes Orçamentária, para saber, de fato, quais são as obrigações do CNAS e o que está  
594 colocado pela política em relação a Fundo Nacional. O Conselheiro Carlos Nambu elucidou que  
595 estão tentando realizar uma discussão mais ampla para que o orçamento se torne mais transparente e  
596 o Conselheiro Alberto Albino dos Santos esclareceu que quando um Projeto Interno - PI parece com  
597 uma baixa ou nenhuma execução financeira não significa que a ação não tenha sido executada. A  
598 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão apresentou a sua nota de repúdio ao  
599 discurso do Presidente da República e intuiu que precisam trazer os departamentos para orientar  
600 como utilizar os recursos de forma efetiva e produtiva. A Sra. Maria das Mercês de Avelino de  
601 Carvalho comentou que a demanda precisa ser produzida para que os recursos sejam utilizados e o  
602 Sr. Carlos Nambu parabenizou os membros da Comissão pelo trabalho realizado, especialmente a  
603 equipe de apoio. Seguindo para o relato da reunião da Comissão de Política da Assistência Social  
604 realizada no dia 07 de março de 2017, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima elencou os  
605 Conselheiros, convidados e ouvintes presentes. Discorreu que foram debatidos os seguintes pontos  
606 de pauta: I) Programa Nacional de Promoção de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS  
607 Trabalho. O item foi retirado da pauta considerando que não houve pactuação no âmbito da CIT.  
608 Encaminhamento: Proposta de realização de reunião extraordinária conjunta da Comissão de  
609 Política da Assistência Social e a Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social  
610 durante a realização da Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS em abril, em São Paulo/SP,  
611 caso haja pactuação na CIT, em sua reunião de março. II) Pacto de Aprimoramento do SUAS –  
612 Gestão Estadual 2016/2019. Encaminhamento: Submeter à análise e aprovação do Pleno do CNAS

613 a resolução que aprova o Pacto de Aprimoramento do SUAS no âmbito dos Estados e do Distrito  
614 Federal para o quadriênio de 2016 a 2019, contemplando as propostas apresentadas pela Comissão  
615 de Acompanhamento aos Conselhos conforme cópia em anexo. III) Demanda do município de  
616 Americana/SP. Encaminhamento: A Comissão propôs a apresentação dessa demanda para  
617 consideração da reunião da Presidência Ampliada. IV) Definição da pauta da reunião da Comissão  
618 de maio de 2017: I) Balanço das ações estratégicas de combate ao trabalho infantil conjuntamente  
619 com o CONANDA, II) Balanço do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Municipal.  
620 Realizada a leitura da Resolução de aprovação do Pacto de Aprimoramento do SUAS no âmbito  
621 estadual, o Presidente Fábio Moassab Bruni parabenizou a Comissão pelo trabalho e a Conselheira  
622 Célia Maria de Souza Melo Lima informou que o próximo passo são Estados se organizarem com  
623 as suas equipes técnicas para planejar as suas ações específicas, para que sejam encaminhadas a  
624 CIB e o planejamento das ações para o cumprimento das metas do Pacto de Aprimoramento do  
625 SUAS. O Presidente Fábio Moassab Bruni solicitou a autorização para disseminar sobre o Pacto na  
626 reunião do FONASEAS e a Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida salientou que o Pacto teve  
627 um nível muito alto de amadurecimento, parabenizando a Comissão pela condução do processo.  
628 Iniciando o relato da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
629 Social realizada no dia 07 de março de 2017, a Conselheira Maria José Vasconcelos Barreto  
630 Carvalho, Representante do Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE,  
631 elencou os Conselheiros, convidados e ouvintes presentes. Articulou que foram debatidos os  
632 seguintes itens de pauta: I) Informes. II) Apreciação de minuta sobre as principais ferramentas  
633 informacionais de uso dos Conselhos. Encaminhamento: Foi decidido que a Comissão encaminhará  
634 até o dia 10 de março de 2017 a versão com as alterações de conteúdos apontadas a fim de receber  
635 as contribuições dos Conselheiros até o dia 14 de março. As consolidações das alterações serão  
636 realizadas pela Comissão e enviadas a SAGI para elaboração de uma segunda versão de folder. III)  
637 Apresentação das atividades proposta para execução do Plano de Ação da Comissão de  
638 Acompanhamento aos Conselhos. Encaminhamento: 01) A Comissão enviará minuta de tutorial de  
639 boas vindas aos novos Conselheiros aos Conselheiros da Comissão até o dia 21 de março de 2017 e  
640 receberá as contribuições até o dia 28 de março de 2017 a fim de consolidá-las e enviá-las a SAGI  
641 até o fim do mês de março; 02) Será incluída na pauta da reunião da Comissão, em maio, discussão  
642 de agenda com o FONSEAS e o CONGEMAS. IV) Pauta das reuniões regionais do CNAS em  
643 2017. Encaminhamentos: 01) Consultar de imediato os Estados de todas as regiões quanto à

644 disponibilidade de sediar as reuniões regionais; 02) Enviar os convites aos CEAS com prazo de 15  
645 dias para resposta; 03) Inserir o ponto de pauta sobre as reuniões regionais na Reunião Trimestral de  
646 abril de 2017; 04) O assunto de pauta das reuniões regionais deverá ser predominantemente o  
647 processo conferencial; 05) Os Conselheiros Fábio Moassab Bruni e Luziana Carvalho de  
648 Albuquerque Maranhão se reunirão com a Comissão de Especialistas para o detalhamento dessa  
649 pauta. V) Pauta da Reunião Trimestral do CNAS. Encaminhamentos: 01) O assunto de pauta das  
650 reuniões trimestrais deverá ser predominantemente o processo conferencial; 02) Os Conselheiros  
651 Fábio Moassab Bruni e Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão se reunião com a Comissão de  
652 Especialistas para detalhamento dessa pauta. VI) Pauta da Reunião da Comissão, em maio de 2017:  
653 Apresentação do relatório da Reunião Regional do Centro-Oeste; Discussão de agenda com o  
654 FONSEAS e CONGEMAS; Conferências; Definição de pauta da Reunião da Comissão, em junho  
655 de 2017; Programa Criança Feliz, discussão para nivelamento de dúvidas. A Conselheira Luziana  
656 Carvalho de Albuquerque Maranhão apresentou a versão preliminar do folder e a Vice-Presidente  
657 Rosângela Maria de Soares dos Santos postulou que a data da Reunião Regional da Região Centro-  
658 Oeste nos dias 18 e 19 de abril de 2017 coincide com o encontro de usuários do SUAS. O  
659 Presidente Fábio Moassab Bruni informou que a Reunião Regional do Centro-Oeste passará para os  
660 dias 25 e 26 de abril, da região norte para o dia 24 e 25 de maio, da região nordeste para dia 30 e 31  
661 junho, sendo que a região sul e sudeste precisa ser definida. Prosseguindo para o relato da reunião  
662 conjunta entre a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e a Comissão  
663 de Normas da Assistência Social realizada no dia 07 de março de 2017, a Norma Suely de Souza  
664 Carvalho elencou os Conselheiros, convidados e ouvintes presentes. Relatou que foram debatidos os  
665 seguintes itens de pauta: I) Revisão da Resolução CNAS nº 237/2006, que dispõe sobre as diretrizes  
666 para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos da Assistência Social.  
667 Encaminhamentos: 01) A Secretaria-Executiva do CNAS viabilizará, para mês de junho de 2017,  
668 mapeamento das normativas que foram publicadas a partir de 2006 que abordam os temas  
669 relacionados à estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos; 02) Foi instituído Grupo  
670 de Trabalho para atualização da Resolução CNAS nº 237/2006 composto pelos Conselheiros: Edna  
671 Aparecida Alegro e Maria Amélia Sazaki representantes da Comissão de Normas e Maria José  
672 Vasconcelos e Fábio Moassab Bruni representantes da Comissão de Acompanhamento aos  
673 Conselhos; 03) Deverá ser feito convite a representantes da SNAS, da área de regulação do SUAS,  
674 para contribuir no aprofundamento do debate e acompanhar a atualização Resolução CNAS nº

675 237/2006. II) Apresentação do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.  
676 Encaminhamentos: 01) O DRSP apresentará os resultados preliminares da pesquisa sobre inscrição  
677 de entidades nos Conselhos tão logo a consultora apresente os seus produtos; 02) Será  
678 disponibilizada apresentação em *PowerPoint* aos Conselheiros das duas Comissões; 03) No  
679 cadastro provisório a ser realizado pelas entidades no CNAES, deverá constar a data que foi feito o  
680 registro e a data que será concluída a análise. O Presidente Fábio Moassab Bruni sugeriu que seja  
681 incluído no encaminhamento que a SNAS avalie a possibilidade de ter o cadastro provisório no  
682 formato pensado. Iniciando o relato da reunião da Comissão de Normas da Assistência Social  
683 realizada no dia 07 de março de 2017, a Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris elencou os  
684 Conselheiros, convidados e ouvintes presentes e arrazouo que foram debatidos os seguintes pontos  
685 de pauta: I) Apreciação das demandas recebidas na Comissão de Normas. A) Apreciação do Ofício  
686 nº 35 do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul. Encaminhamentos: 01)  
687 Responder ao Conselho Estadual de Assistência Social do Rio Grande do Sul de acordo com as  
688 orientações da Resolução CNAS nº 14/2014; 02) Solicitar consulta a área técnica do MDSA se há  
689 eventual conflito entre as Resoluções CNAS nº 14/2014 e nº 21/2016 e convidá-la para reunião do  
690 mês de maio. B) O Fórum Nacional de Usuários do SUAS solicitou orientações que qualifique e  
691 esclareça a permanência da pessoa indicado pelo Fórum Estadual dos Usuários do SUAS da Bahia  
692 no processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia, referendado pelo Fórum  
693 Nacional do SUAS. Encaminhamento: Responder ao Fórum Nacional de Usuários do SUAS de  
694 acordo com as normativas vigentes. II) Plano de Ação da Comissão de Normas. Encaminhamentos:  
695 01) Sugere incluir uma nova estratégia na Ação 5.1 de normatizar a representação do Governo e da  
696 Sociedade Civil no CNAS; 02) Sugere a inclusão da estratégia B de elaboração e publicação da  
697 Resolução nº 11/2015 comentada e ilustrada. III) Pauta da reunião da Comissão de Normas, em  
698 maio de 2017: I) Análise das implicações e impactos da Ação Direta de Inconstitucionalidade –  
699 ADIN 20 e 28; II) Debate sobre os eventuais conflitos entre a Resolução CNAS nº 14/2014 e nº  
700 21/2016; III) Apresentação pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS do  
701 Primeiro Relatório Trimestral de 2017 com as informações dos processos de certificação de  
702 entidades de Assistência Social, conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18/2011. O  
703 Conselheiro Luís Otávio Pires de Farias solicitou esclarecimentos sobre a situação da pessoa  
704 indicada pelo Fórum Estadual dos Usuários do SUAS da Bahia no processo eleitoral do Conselho  
705 Estadual de Assistência Social da Bahia. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris explicou

706 que está havendo um questionamento se haveria legitimidade de que representante eleito seja Vice-  
707 Presidente, uma vez que o mesmo é servidor público da Secretaria Estadual de Saúde. Explanou  
708 que, diante a análise realizada, identificaram não haver nenhuma objeção em relação a essa posição.  
709 Finalizada a pauta, Presidente Fábio Moassab Bruni informou que a convocação para a reunião de  
710 abril já foi encaminhada, solicitando que os Conselheiros confirmem as suas presenças  
711 antecipadamente e que, será elaborado um CNAS Informa sobre as 400 inscrições da Reunião  
712 Descentralizada e Ampliada do CNAS e a abertura da mesma a partir da próxima segunda-feira. A  
713 Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho questionou se existe a possibilidade dos Conselheiros  
714 Clodoaldo e Maurício representar o CNAS na reunião do Grupo de Trabalho de Assessoramento, no  
715 dia 21 de março, em Curitiba. O Presidente Fábio Moassab Bruni compreendeu que não seria o  
716 momento de dar caráter oficial para indicação de participação na reunião do Grupo de Trabalho de  
717 Assessoramento, pois ainda não possuem um convite oficial. **ENCERRAMENTO 09/03/2017:** O  
718 Presidente Fábio Moassab Bruni agradeceu a presença de todos e encerrou a 252ª Reunião  
719 Ordinária do CNAS.

720

721

722

723

724

Brasília,  
Março de 2017.